

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, XXIII e Art. 40 da Lei nº 14.133/2021)

1 - OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência - TR tem por finalidade a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA**, para atender às necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Bragança-PA, conforme os prazos e condições constantes neste instrumento.

2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação justifica-se pela necessidade urgente de fortalecimento e ampliação da oferta de serviços diagnósticos especializados no âmbito da Rede Pública Municipal de Saúde de Bragança/PA.

2.2 - A insuficiência da capacidade operacional da rede própria municipal para absorção integral da demanda tem ocasionado significativo acúmulo de solicitações reprimidas, comprometendo diretamente a eficiência da assistência em saúde, a continuidade do cuidado e a efetividade das ações preventivas e terapêuticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 - A contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.4 - Os serviços serão destinados ao atendimento da Rede Pública Municipal de Saúde, especialmente às demandas reguladas pela Central Municipal de Regulação, visando fortalecimento da Atenção Especializada e ampliação da capacidade diagnóstica do município.

2.5 - A contratação contempla consultas médicas especializadas, exames laboratoriais, exames preventivos, exames cardiológicos, exames de imagem, exames especializados e procedimentos diagnósticos complementares.

2.6 - A presente contratação possui como principal finalidade reduzir a elevada demanda reprimida existente no Município, especialmente relacionada à realização de exames especializados, preventivos e laboratoriais.

2.7 - Destaca-se a necessidade estratégica de ampliação da oferta de exames citopatológicos cervicovaginais/microflora (PCCU/Papanicolau), essenciais para rastreamento, prevenção e diagnóstico precoce do câncer do colo do útero.

3 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação fundamenta-se no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde, os quais demonstraram a necessidade administrativa, a viabilidade técnica e a adequação da solução proposta.

2.2 - A contratação visa atender demanda essencial e contínua da rede pública municipal de saúde, especialmente diante do elevado volume de demanda reprimida por exames especializados e procedimentos diagnósticos.

2.3 - A solução escolhida mostrou-se a mais vantajosa sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, consistindo na contratação de empresa especializada mediante Sistema de Registro de Preços.

2.4 - A contratação encontra respaldo:

- a) na Constituição Federal de 1988;
- b) na Lei nº 14.133/2021;
- c) na Lei nº 8.080/1990;
- d) nas normas do Sistema Único de Saúde – SUS;
- e) nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- f) nas demais legislações aplicáveis à prestação de serviços especializados em saúde.

4 - DOS ITENS SOLICITADOS

4.1 - A descrição e quantidade dos bens segue abaixo:

Item	Nome	Quantidade	Unidade
1	Anestesiologia	240	Unidades
2	Audiometria de Reforço Visual	200	Unidades
3	Audiometria em Campo Livre	200	Unidades
4	Consulta em proctologia	300	Unidades
5	Consulta Médica Em Alergologia	240	Unidades
6	Consulta Médica Em Angiologia	240	Unidades
7	Consulta Médica Em Dermatologia	300	Unidades
8	Consulta Médica Em Endocrinologia	340	Unidades
9	Consulta Médica Em Gastroenterologia	300	Unidades
10	Consulta Médica Em Genecologia-Obstetrica	300	Unidades
11	Consulta Médica Em Mastologia	300	Unidades
12	Consulta Médica Em Nefrologia	300	Unidades

13	Consulta Médica Em Ortopedia E Traumatologia	240	Unidades
14	Consulta Médica Em Otorrinolaringologia	180	Unidades
15	Consulta Médica Em Reumatologia	240	Unidades
16	Consulta Médica Em Urologia	180	Unidades
17	Densitometria óssea	200	Unidades
18	Dosagem Da Hemoglobina Glicosilada	180	Unidades
19	Ecocardiograma	150	Unidades
20	Ecocardiograma tratorácico	300	Unidades
21	Ecodopler arterial	300	Unidades
22	Ecodoplercardiograma fetal	300	Unidades
23	Ecodoppler de carótidas	300	Unidades
24	Ecodoppler venoso	300	Unidades
25	Ecodopplercardiograma	150	Unidades
26	Ige específico	150	Unidades
27	Logaudiometria (Ldv-Irf-Irf-Lrf)	200	Unidades
28	Pesquisa De Anticorpos Igm Antitoxoplasmose	1	Unidade
29	Pesquisa De Anticorpos Igm Citomegalovirus	1	Unidade
30	Pesquisa De Antígeno De Superfície Do Virus Da Hepatite B (Hbsg)	360	Unidades
31	HELICOBACTER PYLORI, ANTICORPOS Igm	300	Unidades
32	HELICOBACTER PYLORI, ANTICORPOS IgG	300	Unidades
33	PSA total e frações	200	Unidades
34	Exame Citopatológico Cervicovaginal/Microflora (Análise do laboratório).	10000	Unidades
35	Coleta de Material do Colo do Útero para Exame Citopatológico (coleta do Preventivo/Papanicolau).	10000	Unidades

5 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021.

6 - DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 - A futura contratação deverá observar rigorosamente os princípios, diretrizes e disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, na Lei nº 8.080/1990, nas normas regulamentadoras do Ministério da Saúde, nas diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como nas demais legislações aplicáveis à prestação de serviços especializados em saúde.

6.2 - A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica, operacional e estrutural compatível com a complexidade dos serviços a serem executados, garantindo atendimento contínuo, eficiente, seguro e adequado às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

6.1 - REQUISITOS TÉCNICOS

6.1.1 - A contratada deverá possuir estrutura física adequada, regularizada e compatível com os serviços ofertados, observando as normas sanitárias, de biossegurança e vigilância em saúde vigentes.

6.1.2 - Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados em seus respectivos Conselhos de Classe, quando aplicável.

6.1.3 - A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada para realização de consultas especializadas, exames laboratoriais, exames de imagem e procedimentos diagnósticos.

6.1.4 - Os exames diagnósticos deverão ser realizados com utilização de equipamentos adequados, calibrados, certificados e em perfeitas condições de funcionamento, garantindo precisão, confiabilidade e segurança dos resultados emitidos.

6.1.5 - Os laudos, resultados e pareceres técnicos deverão ser emitidos por profissionais habilitados e entregues dentro dos prazos compatíveis com a complexidade do procedimento, observando critérios técnicos, éticos e legais.

6.1.6 - A contratada deverá assegurar qualidade técnica e rastreabilidade dos procedimentos realizados, garantindo controle, segurança e integridade das informações clínicas e laboratoriais.

6.1.7 - A empresa deverá possuir regularização junto aos órgãos competentes, incluindo:

- a) Alvará Sanitário vigente;
- b) Licença de Funcionamento;
- c) Registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, quando aplicável;
- d) Registro nos Conselhos Profissionais competentes.

6.2 - REQUISITOS ASSISTENCIAIS

6.2.1 - A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, organizada e regulada, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2.2 - A contratada deverá garantir atendimento prioritário às demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Central Municipal de Regulação.

6.2.3 - Os serviços deverão assegurar suporte diagnóstico adequado às consultas especializadas e acompanhamentos ambulatoriais realizados no âmbito da rede municipal de saúde.

6.2.4 - Deverá ser assegurada prioridade às ações estratégicas de saúde pública, especialmente relacionadas:

- a) à saúde da mulher;
- b) ao rastreamento e prevenção do câncer do colo do útero;
- c) à realização de exames PCCU/Papanicolau;
- d) ao diagnóstico precoce de doenças;
- e) ao acompanhamento de pacientes com doenças crônicas e condições de média complexidade.

6.2.5 - A contratada deverá assegurar sigilo, confidencialidade e proteção das informações dos pacientes, observando a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e demais normas aplicáveis.

6.3 - REQUISITOS OPERACIONAIS

6.3.1 - A contratada deverá possuir capacidade operacional suficiente para atendimento da demanda estimada pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.3.2 - O atendimento deverá ocorrer mediante agendamento, autorização ou encaminhamento emitido pela rede municipal de saúde.

6.3.3 - A contratada deverá garantir disponibilidade adequada para execução dos serviços, evitando interrupções, atrasos excessivos ou prejuízos à assistência.

6.3.4 - Os resultados de exames e laudos deverão ser disponibilizados em prazo compatível com a necessidade clínica e assistencial do paciente.

6.3.5 - A contratada deverá manter sistema de controle e registro da produção assistencial executada, permitindo acompanhamento, fiscalização, auditoria e conferência pela Administração Pública.

6.4 - REQUISITOS ADMINISTRATIVOS

6.4.1 - A contratada deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e complexidade com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica.

6.4.2 - A empresa deverá manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

6.4.3 - A contratada deverá disponibilizar responsável técnico para acompanhamento da execução dos serviços e interlocução junto à Secretaria Municipal de Saúde.

6.4.4 - A Administração poderá realizar fiscalizações, auditorias, inspeções técnicas e diligências sempre que entender necessário, devendo a contratada prestar todas as informações e documentos solicitados.

6.5 - REQUISITOS DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

6.5.1 - Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

6.5.2 - A prestação dos serviços ocorrerá mediante emissão de autorização, encaminhamento ou solicitação formal expedida pela Secretaria Municipal de Saúde ou pela Central Municipal de Regulação.

6.5.3 - A contratada deverá garantir atendimento adequado aos usuários do SUS, observando critérios de acolhimento, humanização, ética profissional e qualidade assistencial.

6.5.4 - Os serviços deverão ser executados em estrita observância aos protocolos técnicos, normas sanitárias e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pelo SUS.

6.5.5 - Eventuais inconsistências, falhas, inadequações técnicas ou irregularidades identificadas nos serviços executados deverão ser corrigidas pela contratada sem ônus adicional para a Administração Pública.

- a) 6.5.6 - A contratada será integralmente responsável pela qualidade técnica dos serviços prestados, pela confiabilidade dos resultados emitidos e pela adequada execução contratual.

7 - DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - Para a aquisição em tela será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes; Fundo Municipal de Saúde e empresa considerada vencedora.

7.2 - O contrato terá vigência de 12 meses.

7.3 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados de fonte orçamentaria indicada em dotação que será anexada nos autos do processo, conforme fluxo.

9 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal de Contrato e Setor Competente.
- 9.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá discriminar os itens do avença, se for o caso, constando o valor unitário e as demais especificações constantes na proposta consolidada vencedora do certame;
- 9.3 - A Nota Fiscal/Fatura deverá vir acompanhada de recibo de pagamento, Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal, Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS e Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal.
- 9.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços e/ou correção monetária;
- 9.5 - Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que a desaprove, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento será suspenso até que a CONTRATADA providencie as correções necessárias, não acarretando quaisquer ônus à Administração Municipal;
- 9.6 - À Administração Municipal fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante o avença, o objeto seja entregue em desacordo com as condições pactuadas, sem constituir-se em mora, por essa decisão.

10 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1 - Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
- 10.2 - A prestação dos serviços ocorrerá mediante emissão de autorização, encaminhamento ou solicitação formal expedida pela Secretaria Municipal de Saúde ou pela Central Municipal de Regulação.
- 10.3 - A contratada deverá garantir atendimento adequado aos usuários do SUS, observando critérios de acolhimento, humanização, ética profissional e qualidade assistencial.
- 10.4 - Os serviços deverão ser executados em estrita observância aos protocolos técnicos, normas sanitárias e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pelo SUS.
- 10.5 - Os resultados dos exames deverão ser disponibilizados em prazo compatível com a necessidade clínica do paciente.
- 10.6 - Eventuais inconsistências, falhas, inadequações técnicas ou irregularidades identificadas nos serviços executados deverão ser corrigidas pela contratada sem ônus adicional para a Administração Pública.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - São obrigações da Contratante:

11.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;

11.1.6 - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.1.7 - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.8.1 - Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

11.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1 - Fornecer contato telefônico para comunicações informais junto à CONTRATANTE e endereço eletrônico de e-mail para receber toda e qualquer comunicação formal, seja requisição de material, notificação e outras que se fizerem pertinentes;

12.1.2 - Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do avença;



12.1.3 - Os serviços a serem fornecidos deverão ser sempre de boa qualidade, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização, no que couber, considerando-se também as disposições da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.1.4 - Os serviços deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações deste Termo.

12.1.5 - Os serviços ofertados na Proposta de Preços deverão ter especificações claras, completas e detalhadas, considerando-se dentre outras informações.

12.1.6 - Será verificada a equivalência dos serviços entregues, com as especificações contidas no Edital de licitação, sendo confrontadas também, com a Proposta de preços apresentada pela empresa vencedora. Não será aceito serviço divergente quanto à especificação informada na proposta de preço da empresa vencedora.

12.1.7 - Na eventualidade de se verificar defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam o recebimento ou a utilização dos serviços nas finalidades administrativas institucionais, a CONTRATANTE, sustará os processos relativos a pagamentos em nome da contratada, enquanto não forem sanadas as incorreções, o que deverá ocorrer no prazo estabelecido neste Termo.

12.1.8 - Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

12.1.9 - Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato.

12.1.10 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá enviar a contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.1.11 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Cleane
[Assinatura]

12.1.12 - Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.1.13 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.14 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

12.1.15 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.16 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.17 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

13 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV) Multa:

- (1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

13.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

13.9 - A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14 - FISCAL DO CONTRATO

